

## ECONOMIA E POLÍTICA EXTERNA

Do ponto de vista do crescimento da economia, qualquer actividade económica deve ser desenvolvida sempre que os benefícios económicos que se retiram do seu desenvolvimento superam os custos.

Do ponto de vista ideológico, para alguns de nós, os fins justificam os meios para os atingir, por mais perversos que os meios possam ser. Para outros, a perversidade dos meios converte-se facilmente em perversidade dos fins. Isto é, os meios determinam em larga medida a natureza dos fins que acabam por ser atingidos. Este é um primeiro traço das divisões ideológicas contemporâneas. Repare-se que, na primeira postura, a existência de factos (resultantes de meios) perversos é qualquer coisa de aceitável, assim a bondade dos fins a justifique. Um segundo traço dessas divisões prende-se como o modo como cada um de nós encara a infalibilidade dos líderes da família ideológica em que se situa, bem como a infalibilidade da bondade dos valores que movem esses líderes. A primeira postura é aceitar essa infalibilidade *tout court*, isto é, ter fé. A segunda postura, é verificar, em cada momento, a exactidão dessa infalibilidade. Note-se que a segunda postura é trabalhosa. É uma postura crítica, de livre arbítrio, de isenção, de objectividade. A ser seguida, e visto que os líderes e a sua bondade são por vezes falíveis, pode conduzir, de hoje para amanhã, ao questionar da própria família ideológica a que pessoa pertence.

É conhecida a postura do Governo português face à intervenção militar americana no Iraque. Grosso modo, fomos favoráveis à intervenção porque, ao ter de escolher entre americanos e iraquianos, escolhemos os primeiros, nossos aliados. Repare-se que, de acordo com a postura proclamada, se a administração americana resolvesse invadir a Polónia, bater com a cabeça nas paredes, proibir o sexo aos pobres, ou legalizar a Mafia, o Governo português alinharia com a referida

administração. Já agora, o Governo português alinhou, mais uma vez, com as pretensões mais recentes da administração Bush de recorrer à inútil (?) ONU para partilhar os custos (também em vidas) da intervenção no Iraque, sem largar mão do controle exclusivo dos benefícios dessa intervenção.

Há pelo menos duas grandes explicações possíveis para semelhante postura do Governo português. A primeira é económica, a segunda é ideológica.

Do ponto de vista económico o cálculo é simples. O Governo quer maximizar a diferença entre benefícios e custos da postura portuguesa. Grosso modo, como não os podemos vencer juntamo-nos a eles. Os iraquianos pouco nos interessam, assim como pouco nos interessa a paz no Médio Oriente. O que sabemos é que, se estivermos do lado certo (?), do lado da administração Bush, haverá oportunidades para as nossas empresas na reconstrução do Iraque e ainda, quem sabe, uns aviões em terceira mão para a Defesa. Caso contrário, Portugal não só não teria benefícios da intervenção como poderia ter de fazer face a custos, impostos pelo seu aliado. Trata-se de uma postura ditada pelas dificuldades da conjuntura e pelo objectivo de crescimento económico do país. É uma postura em nome de valores, monetários. No mínimo, é uma postura cínica.

A segunda grande explicação é ideológica. O Governo acredita que os fins justificam os meios. Que mesmo que os meios sejam por vezes perversos, a bondade dos fins justifica os meios. Mais ainda, o Governo tem fé que a administração Bush é infalível bem como é infalível a bondade dos valores que a movimentam. No mínimo, é uma postura ingénua.

A moral da história, é que o Governo está a ter face à questão iraquiana ou uma postura cínica ou uma postura ingénua. Caso contrário, cabe ao Governo explicar-se perante a população portuguesa, sendo que a explicação tem de ir mais

além do que o simples proclamar: “estamos como os nossos aliados porque são nossos aliados”. Já agora, há aliados nossos que não têm tido exactamente esta posição.

Leonardo Costa

Professor da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa

Porto, 29 de Setembro de 2003